

Veículo: Tribuna da Bahia		Editoria: Política
Tipo: Impresso	Página: Capa	Data: 06/12/2012



Bahia perde R\$ 8,8 bi com veto dos royalties até 2020

De acordo com o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, somente em 2013 a Bahia deixará de receber R\$ 700 milhões. Em oito anos, as perdas chegarão a R\$ 8,8 bilhões.

PÁGINA 3

Veículo: Tribuna da Bahia

Editoria: Política

Tipo: Impresso

Página: 3

Data: 06/12/2012

www.tribunadabahia.com.br da Bahia

Tribuna

Salvador, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012 ano XLII-Nº13657 Capital e Sergipe R\$1,50

ROYALTIES

Bahia deixa de ganhar R\$ 8,8 bi com veto

De acordo com o coordenador da bancada baiana, deputado Daniel Almeida, existe uma mobilização entre os parlamentares

FERNANDO DUARTE
REPÓRTER

O veto da presidente Dilma Rousseff à redistribuição dos royalties de petróleo resultará na ampliação do desequilíbrio econômico entre estados e cidades produtoras e não produtoras. A informação é do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), que, segundo cálculos preliminares, aponta que a Bahia deixará de receber R\$ 8,8 bilhões nos próximos oito anos com o posicionamento do Palácio do Planalto, alterando o projeto aprovado no Congresso Nacional — R\$ 700 milhões apenas em 2013.

Segundo o diretor de assuntos financeiros e econômicos da instituição, Sergio Furquim, o veto da presidente Dilma representa uma barreira para o desenvolvimento de áreas pobres do país. Se o projeto fosse aprovado, a parcela de cidades não produtoras passaria de 1,75% para 21% a partir de janeiro. E a parcela dos estados não pro-

duzidos estiveram com o presidente do Congresso, José Sarney, e a maioria defende a redistribuição dos royalties, com exceção do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e também São Paulo, que se mantém mais neutro", relata.

A definição sobre uma sessão especial, entretanto, cabe unicamente a Sarney. "Ele não decidiu ainda, mas deu sinal de que vai avaliar o pedido dos coordenadores da bancada antes de decidir pela convocação ou não do Congresso", aponta Almeida. "Já

Várias bancadas estiveram com o presidente do Congresso, José Sarney, e a maioria defende a redistribuição dos royalties.

Daniel Almeida

para manter a redistribuição dos royalties. Tanto o líder da bancada, Daniel Almeida, quanto outros parlamentares compartilham opinião similar.

Para Félix Mendonça Jr. (PDT), um dos primeiros a se posicionar publicamente sobre o assunto, o veto da presidente caminha para ser derubado caso a sessão seja convocada. "Existe um movimento forte, com os coordenadores das bancadas pressionando. Pode haver uma mobilização dos partidos para obstruir a pauta de votações até que o veto seja apreciado", comenta. Segundo ele, porém, a força do presidente do Congresso, pode ser um empecilho no processo. "São 3.060 votos que não foram apreciados. Não tenho recordação de quando aconteceu a apreciação de um veto", lamenta Félix Jr. O pedetista defende ainda que seja mantida a reserva dos recursos para a educação.

dutores saltaria de 7% para 21%. "Esperávamos que Dilma olhasse para os Estados mais pobres e não fivesse vetado o projeto, deixando essa riqueza ser distribuída em todo o país para melhorar a situação de extrema pobreza de regiões como o Norte e Nordeste", desabafa.

Há praticamente uma unanimidade entre os integrantes da bancada da Bahia no Congresso Nacional sobre o veto da presidente Dilma ao artigo que redistribui os royalties entre estados produtores e não produtores. De acordo com o coordenador da bancada, deputado federal Daniel Almeida (PC do B), existe uma mobilização entre os parlamentares para pressionar a análise do veto. "Várias ban-

temos 20 assinaturas de parlamentares baianos. Apenas a bancada do PT vai discutir internamente antes de ter uma posição sobre o assunto", completa. Além da pressão das bancadas de diversos estados, o Congresso Nacional deve lidar ainda com a repercussão do assunto em outros setores da sociedade, que também discutem a redistribuição dos recursos.

Mobilização — A intensa campanha promovida pelos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo na defesa do veto da presidente não obteve apoio correspondente no sentido inverso, porém a sensação no Congresso Nacional é de que os parlamentares vão lutar até mesmo na Justiça